



CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA - 8ª REGIÃO
Rua Maracaju, 58 - Vila Mariana - São Paulo - CEP: 04013/020
Fone: 5082.1404
Home page: www.crb8.org.br - E-mail: crb8@crb8.org.br

Assunto: Assine Manifesto do Povo do Livro

Caro (a),

O CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA - 8ª REGIÃO/São Paulo, a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI no Brasil e diversas outras entidades e personalidades do mundo do livro no Brasil estão articulando a elaboração de um documento chamado **Manifesto do Povo do Livro**, que será entregue, a partir da primeira semana de setembro, aos principais candidatos a Presidente da República nas eleições de 2006. É um esforço daqueles que militam na causa do livro e leitura para que este tema seja convertido em política de Estado - acima dos governos e das pessoas.

O texto faz um apelo veemente para que aqueles que governarão o país a partir de 2007 dêem ao Livro e à Leitura o tratamento de prioridade nacional e estratégica para o desenvolvimento social e econômico da Nação. Apresenta, ainda, questões gerais de consenso na sociedade, legitimadas pela ampla discussão que tomou conta do país em 2005 por ocasião das comemorações do Ano Ibero-americano da Leitura, o Vivaleitura.

Leia abaixo o **Manifesto do Povo do Livro**. Para assinar e aderir, basta clicar aqui manifesto@livroeleitura.org.br e informar nome completo, profissão/função, cidade, estado e, se for o caso, instituição a que pertence.

Abraço,

MARIA CÂNDIDA DE ASSIS FIGUEIREDO
PRESIDENTE - CRB-8

MANIFESTO DO POVO DO LIVRO

O acesso ao livro e a outras formas de leitura – como jornais, revistas e Internet – deve ser assegurado a toda a nação brasileira. Independentemente de credo, raça, faixa etária, necessidade especial, escolaridade ou condição econômica, todo brasileiro, como ser humano que é, deve ter garantido seu direito inalienável à leitura – como meio de transmissão do conhecimento, entretenimento, de desenvolvimento pessoal e profissional e, portanto, de cidadania.

Em um país como o Brasil – onde apenas um entre cada quatro habitantes está habilitado para a prática da leitura; onde nossas crianças ocupam os últimos lugares nos estudos internacionais sobre compreensão leitora; onde o índice nacional de leitura é de menos de 2 livros lidos por habitante/ano; e onde a maior parte dos milhões de alfabetizados nas últimas décadas tornou-se analfabeta funcional – a leitura precisa e deve ser tratada como uma **prioridade nacional**.

A Educação e a Cultura são áreas estratégicas dentro do projeto do desenvolvimento nacional e da cidadania. A escrita e a leitura constituem não só o mais forte amálgama entre elas como o caminho indispensável para a formação do cidadão crítico, emancipado, inserido em seu meio e capaz de modificá-lo. Embora não seja a via única de acesso ao conhecimento e à informação – o que compartilha com outras linguagens, como a visual e a eletrônica –, o livro continua a ser a maior invenção do último milênio e a ocupar um papel central na sociedade.

A leitura gera condições para decodificar, interpretar, compreender e se fazer entendido, criando, assim, as condições necessárias para o ser humano se comunicar com os seus iguais. De tal forma que, ao promover o seu desenvolvimento em todos os aspectos, o ato de ler o credencia a buscar maior participação social e política e a exercer sua cidadania em plenitude.

As conquistas e os avanços obtidos nos últimos anos nas esferas federal, estadual e municipal necessitam ser preservados, mas não só. Precisam ser ampliadas e ganhar a dimensão que o tema merece. Programas e projetos de acesso ao livro e às outras formas de leitura, de formação de agentes multiplicadores (como os educadores, os bibliotecários e os voluntários), de valorização do ato de ler no imaginário coletivo, e, ainda, de fortalecimento da economia do livro devem ser convertidos em política de estado – acima dos governos e das pessoas.

Tornar a questão do livro e da leitura uma política pública significa aprofundar o vínculo das ações de Educação e Cultura e, sobretudo, dotar a área de uma estrutura administrativa e orçamentos capazes de atender às grandes demandas existentes. Os esforços feitos até agora pelos diferentes governos merecem o devido respeito, porém ainda são insuficientes para o Brasil começar a saldar essa dívida social com o cidadão e a cidadania, com o livro e a leitura.

O Estado deve garantir as condições necessárias de acesso ao livro gratuito aos seus cidadãos. A biblioteca é um serviço público e dever do Estado, tal como a saúde e a educação. Para tanto, o Estado deve cumprir, de forma cabal, a Política Nacional do Livro

e dar, a partir de 2007, **prioridade total** à revitalização da biblioteca pública. É ela o meio mais eficiente de proporcionar educação continuada à população e, dessa forma, ser instrumento de democracia e de política social.

É, pois, fundamental e urgente que todos os municípios brasileiros tenham pelo menos uma biblioteca e que a rede existente – municipal, estadual, federal, escolar, universitária e comunitária – seja fortalecidas e reequipada para atender ao cidadão brasileiro dentro dos padrões mínimos internacionais: com bons e diversificados acervos de livros e outros materiais; pessoal qualificado e estimulado; e recursos permanentes para manutenção, atualização, formação e fomento. A Lei do Livro, a Câmara Setorial e o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) devem ser aprofundados e ganhar maior efetividade, materializados em projetos, programas e investimentos, em todos os rincões do país, sobretudo nas áreas menos favorecidas.

Às vésperas de se comemorar os 200 anos da impressão do primeiro livro no país – que ocorreu em 1.807, após a chegada da família real portuguesa – faz-se urgente e indispensável tornar o Brasil uma nação verdadeiramente de cidadãos leitores. A prática social da leitura é, afinal, o caminho para onde apontava a legião de brasileiros notáveis – integrada por escritores como Monteiro Lobato e tantos outros – como a estratégia de enfrentamento do drama da fome, da pobreza, da ignorância e da violência urbana para colocar o Brasil, aí sim, no rumo do desenvolvimento, da justiça social e da solidariedade.

Brasil, setembro de 2006